

NÓS E AS DESIGUALDADES

PESQUISA OXFAM BRASIL/DATAFOLHA
PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES NO BRASIL



OXFAM
Brasil

www.oxfam.org.br

ABRIL DE 2019

FICHA TÉCNICA

Esta Nota Informativa foi elaborada por **Rafael Georges** e apresenta os principais dados da pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha a pedido da Oxfam Brasil, para identificar as percepções de brasileiras e brasileiros sobre as desigualdades. Ela inclui interpretações e análises da Oxfam Brasil.

Agradecemos as contribuições de **Marta Arretche, Fernando Gaiger, Luciana Chong, Jean de Souza, Marlene Treuk, e Nathalie Beghin** e da equipe da Oxfam Brasil - **Ananda King, Gustavo Ferroni, Jorge Cordeiro, Katia Maia, Poka Nascimento, Rodrigo Monteiro e Samantha Federici**. Agradecemos também às contribuições da **Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)** e da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**.

Revisão: **Jorge Cordeiro**

Editoração: **Brief Comunicação**

Publicado em 8 de abril de 2019



[/oxfambrasil](#)

NÓS E AS DESIGUALDADES

PESQUISA OXFAM BRASIL/DATAFOLHA
PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES NO BRASIL



OXFAM
Brasil

ABRIL DE 2019

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	6
METODOLOGIA	7
SUMÁRIO DOS RESULTADOS	8
RESULTADOS DETALHADOS	10
1. PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES E MOBILIDADE SOCIAL	11
1.1. SEM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES, NÃO HÁ PROGRESSO	11
1.2. A POBREZA É MAIS EM CIMA	12
1.3. RICO? EU NÃO.	14
1.4. OTIMISMO INDIVIDUAL, CÉTICISMO SOCIAL	15
1.5. MÉRITO NÃO RESOLVE	18
1.6. FÉ, EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA UMA VIDA MELHOR	19
2. PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E RAÇA	20
2.1. PARA MAIORIA CRESCENTE, GÊNERO E RAÇA IMPACTAM RENDA	20
2.2. A COR DA PELE DEFINE	22
2.3. LUGAR DE MULHER	24
3. PERCEPÇÕES SOBRE TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS	26
3.1. MAIOR APOIO À TRIBUTAÇÃO, GERAL E DOS RICOS	26
3.2. ESTADO PRESENTE E POLÍTICAS UNIVERSAIS	30
4. NÓS E AS DESIGUALDADES: CAMINHOS PARA A REDUÇÃO	32
REFERÊNCIAS	35

APRESENTAÇÃO

A Oxfam Brasil traz aqui os resultados de sua segunda pesquisa de opinião realizada em conjunto com o Instituto Datafolha. Trata-se de uma contribuição ao debate sobre a redução das desigualdades brasileiras a partir da percepção da população.

O Brasil segue como um dos países mais desiguais do mundo. Os desafios são profundos. As desigualdades que enfrentamos vão para além da renda, das crises econômicas ou fiscais. Construímos uma sociedade que normalizou a existência de cidadãos e cidadãs de primeira e de segunda categorias, daqueles que têm direitos e dos que não têm. Um país onde morar em periferias ou ser negro e negra já define, de antemão, a qual categoria você pertence.

É preciso enfrentar essa triste realidade com políticas sociais inclusivas, com direitos sociais garantidos, respeitando os direitos humanos no seu conceito amplo e aprofundando a democracia.

Ouvir o que a população brasileira tem a dizer sobre esse tema é importante. Em que pese os imensos desafios na percepção pública sobre a distribuição de renda, ao menos 8 em cada 10 brasileiros acreditam que não é possível progresso sem redução de desigualdades. Além disso, a confiança da população na responsabilidade do Estado para enfrentar as desigualdades é maioria.

Há apoio para uma tributação justa, que aumente a carga no topo da pirâmide. Existe um anseio por políticas públicas universais e de correção de desigualdades sociais e regionais. O papel da cor da pele na definição da renda, na contratação por empresas, na abordagem policial e no tratamento dado pela justiça aparece com força. A discriminação de gênero segue presente na percepção de brasileiras e brasileiros. De 2017 para cá, data da primeira pesquisa que fizemos com o Datafolha, há um crescimento na percepção do racismo e machismo na sociedade, ainda que isso não possa significar uma tendência.

Existem várias políticas e ajustes que necessitam ser discutidos no país. Porém só avançaremos se os temas do racismo, da discriminação de gênero e do respeito à diversidade, da discriminação pelo endereço de moradia, do assassinato de jovens de periferia tiverem a mesma urgência que os temas econômicos e fiscais. Ainda assim, é fundamental que nas soluções econômicas e fiscais exista um processo democrático e de discussão com a sociedade.

Esperamos, que esta pesquisa sirva para abrir discussões sobre a importância do papel do Estado no enfrentamento das desigualdades. Esperamos ainda, contribuir para, a partir da percepção da sociedade, aprofundar o diálogo sobre a urgência em se construir um Brasil mais justo, solidário e humano.

Nós e as desigualdades: aos números!

Katia Maia

Diretora Executiva

Oded Grajew

Presidente do Conselho Deliberativo

METODOLOGIA

Essa pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha, por meio de abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais¹. Tais abordagens contaram com questionário estruturado, produzido pela Oxfam Brasil em conjunto com o Instituto Datafolha, e aplicado em pontos de fluxo populacional relevante.

A amostra de entrevistados é de 2.086 pessoas em nível nacional, permitindo-se também a leitura por regiões (Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul). Entrevistas foram realizadas em 130 municípios de pequeno, médio e grande portes, incluindo regiões metropolitanas e cidades do interior.

O período da aplicação das entrevistas foi de 12 a 18 de fevereiro de 2019. A margem de erro para a amostragem geral é de 2% para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%.

Por ser uma pesquisa amostral realizada em locais de grande circulação de pessoas, o Instituto Datafolha definiu uma amostra que busca refletir o próprio perfil da sociedade brasileira de acordo com o último Censo.

O questionário aplicado teve 17 perguntas, incluindo perguntas abertas, baterias de concordância e discordância, e perguntas fechadas (excluídas perguntas de identificação). Tanto o questionário, como informações sobre a amostragem utilizada pelo Instituto encontra-se disponível no **site da Oxfam Brasil**, juntamente com a apresentação geral do Datafolha e os microdados.

Por fim, os resultados oferecidos pelos recortes de sexo, raça e renda escolhidos para este relatório foram feitos pelo próprio Instituto Datafolha, que tabulou os microdados da pesquisa.

SUMÁRIO DOS RESULTADOS



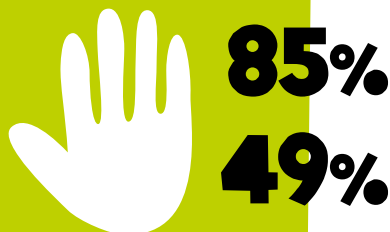
SEM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES, NÃO HÁ PROGRESSO

creem que o progresso do Brasil está condicionado à redução de desigualdade entre pobres e ricos



A POBREZA É MAIS EM CIMA

acham que a linha de pobreza está entre R\$ 701 e R\$ 1.000

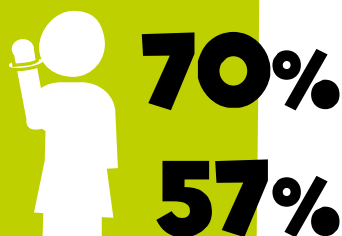


RICO? EU NÃO.

se colocam na metade mais pobre, ante 88% em 2017

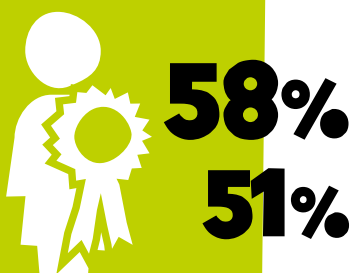
acham que a renda mínima para estar nos 10% mais ricos é de R\$ 20.000 mensais

OTIMISMO INDIVIDUAL, CÉTICISMO SOCIAL



acreditam que estarão na “classe média” ou “classe média alta” em cinco anos

não acreditam que as desigualdades diminuirão nos próximos anos



MÉRITO NÃO RESOLVE

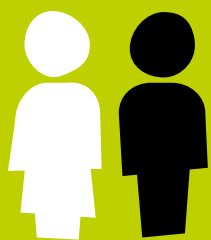
duvidam que o trabalho equaliza chances dos mais pobres

não creem que a educação das crianças pobres equaliza suas chances de uma vida bem-sucedida



FÉ, EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA UMA VIDA MELHOR

2 em cada 3 brasileiros elegem “fé religiosa”, “estudar” e “ter acesso à saúde” como as três principais prioridades para uma vida melhor



64%

GÊNERO E RAÇA IMPACTAM RENDA

concordam que o fato de ser mulher impacta a renda, ante 57% em 2017

52%

concordam que negros ganham menos por serem negros, ante 46% em 2017

A COR DA PELE DEFINE



72%

acreditam que a cor da pele influencia a contratação por empresas

81%

acreditam que a cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial

71%

concordam que a justiça é mais dura com negros

LUGAR DE MULHER



86%

discordam que mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora

APOIO À TRIBUTAÇÃO



77%

concordam com o aumento dos impostos de pessoas muito ricas para financiar políticas sociais, ante 71% em 2017

94%

concordam que o imposto pago deve beneficiar os mais pobres

ESTADO PRESENTE E POLÍTICAS UNIVERSAIS



84%

concordam que é obrigação dos governos diminuir a diferença entre muito ricos e muito pobres, ante 79% em 2017

75%

apoiam a universalidade do ensino público fundamental e médio

73%

defendem universalidade para atendimento em postos de saúde e hospitais

AS PRINCIPAIS PRIORIDADES PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



9,7

nota média para "combater corrupção"

9,6

nota média para: "investimento público em saúde"; "aumentar a oferta de emprego"; "investimento público em educação"

RESULTADOS DETALHADOS

A pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha 2019 traz uma foto da opinião pública neste início de ano e de novo governo. Por ser a segunda edição da pesquisa, passa a ser possível alguma comparação com a edição anterior, realizada 18 meses antes, em agosto de 2017. Com isso, se pode apontar algumas mudanças de percepção em meio a alterações no cenário social, político e econômico do país.

Os resultados da pesquisa dão centralidade para redução de desigualdades como condição para o progresso – percepção captada nesta pesquisa de maneira bastante direta, e que reforça anseios de desenvolvimento social presentes em outras tantas pesquisas de opinião. Os números apontam para uma sociedade que enxerga um pouco melhor a distribuição de renda do que há 18 meses, mas que ainda está distante de compreender quão desigual é este país. As pessoas não enxergam onde estão os ricos, ainda que, para algumas, basta olhar para o espelho para encontra-los.

Os dados também revelam um sentimento de otimismo individual com o futuro, na medida em que a maioria da população se vê ascendendo de classe social nos próximos cinco anos, o que contrasta com um sentimento majoritário de que o Brasil não reduzirá desigualdades no futuro próximo.

Resultados apontam, além disso, para uma sociedade com opiniões mais conscientes sobre racismo e machismo do que a dura realidade de negros e mulheres sugere, ainda mais considerando a chamada “onda conservadora” que parece varrer o país. Brasileiras e brasileiros entendem que mulheres ganham menos por serem mulheres, e que sobre elas não deve recair a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados. Também entendem que a cor da pele impacta negativamente a renda, reduz as chances de contratação por empresas, aumenta as chances de abordagem policial e altera negativamente o comportamento da Justiça. Parece quase consensual que ser pobre e negro é muito mais difícil do que ser pobre, mas branco.

Por fim, a pesquisa apresenta uma sociedade que oferece suporte para reformas tributárias progressivas, que reduzam a carga sobre bens e serviços e aumentem sobre a renda e o patrimônio de quem está no topo da pirâmide social, apontando um caminho popular de mudanças necessárias nesta política. Os resultados também desenharam um povo que coloca cada vez mais fichas no papel do Estado para o progresso social, correção de desigualdades e oferta de serviços universais, apontando que a ideia de “Estado mínimo” não parece ter eco na opinião pública.

Nesta nota são apresentados os principais resultados da pesquisa. Parte deles é referente a perguntas novas, realizadas somente neste ano. Outra parte, inclui perguntas feitas nos dois anos, 2017 e 2019, referenciados ao longo do texto e nos gráficos para fins de comparação.

Esta Nota Informativa está dividida em quatro partes: **1. Percepções sobre desigualdades e mobilidade social**; **2. Percepções sobre gênero e raça**; **3. Percepções sobre tributação e políticas sociais** e **4. Nós e as desigualdades: caminhos para a redução**. Maiores detalhes sobre as margens de erro por recorte amostral, e a descrição da amostra analisada podem ser encontrados no site da Oxfam Brasil.

1. PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES E MOBILIDADE SOCIAL

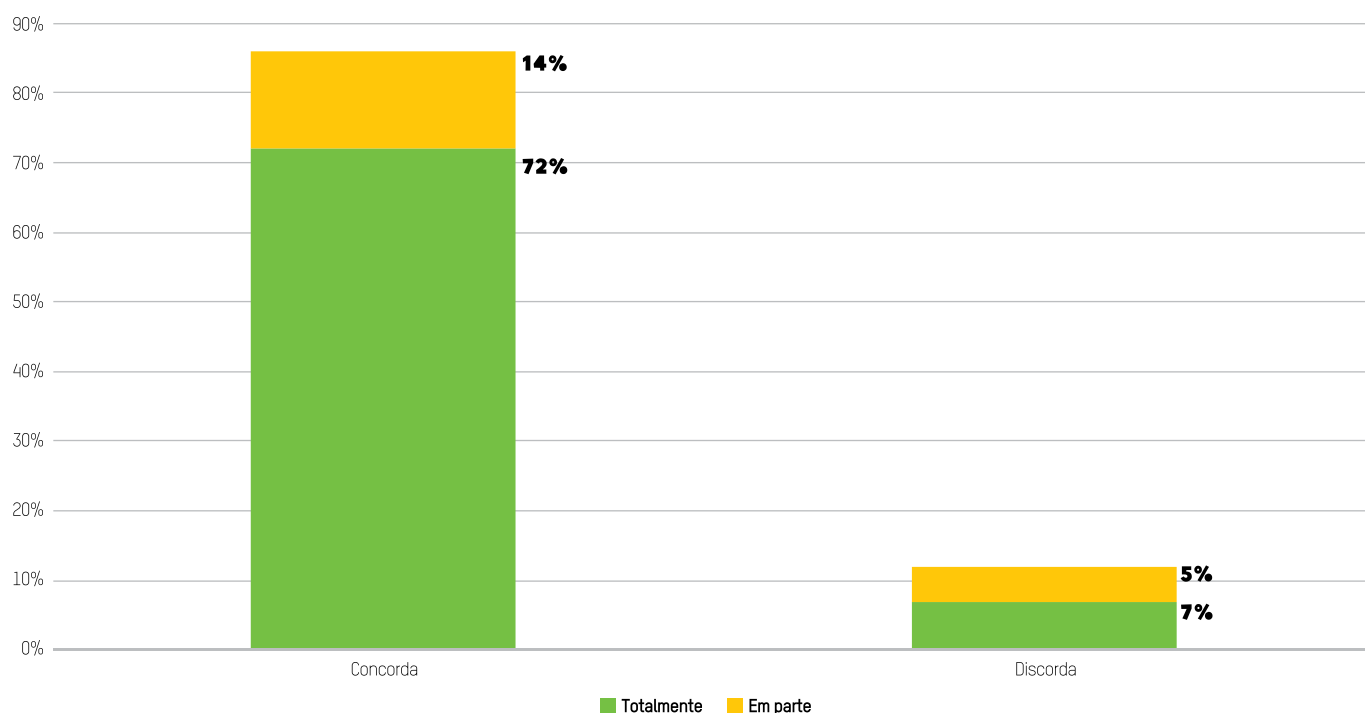
1.1. SEM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES, NÃO HÁ PROGRESSO

Brasileiras e brasileiros querem a redução de desigualdades, como demonstra a pesquisa ora apresentada. Historicamente, a vontade popular logrou inserir em nossa Constituição Federal de 1988 “a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais como um dos objetivos fundamentais da República”². Passados mais de 30 anos da promulgação da Carta Magna, tal objetivo continua tendo amplo suporte popular.

De acordo com a pesquisa de opinião, o progresso do Brasil está condicionado à redução de desigualdade entre ricos e pobres para 86% dos brasileiros. Como mostra o **Gráfico 1**, a concordância com essa premissa é total para a ampla maioria dos entrevistados. Considerando diferentes faixas de renda (de até um a mais de cinco salários mínimos), tal concordância é igualmente ampla, com variação pequena de 85% a 89%.

// GRÁFICO 1.

Brasil – Necessidade de redução de desigualdade entre ricos e pobres para o progresso do País



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação de que “para o Brasil progredir é fundamental reduzir a diferença econômica entre ricos e pobres.”

Nota: Os que responderam “não concorda nem discorda” somam 1%, tal como os que declararam não saber.

1.2. A POBREZA É MAIS EM CIMA

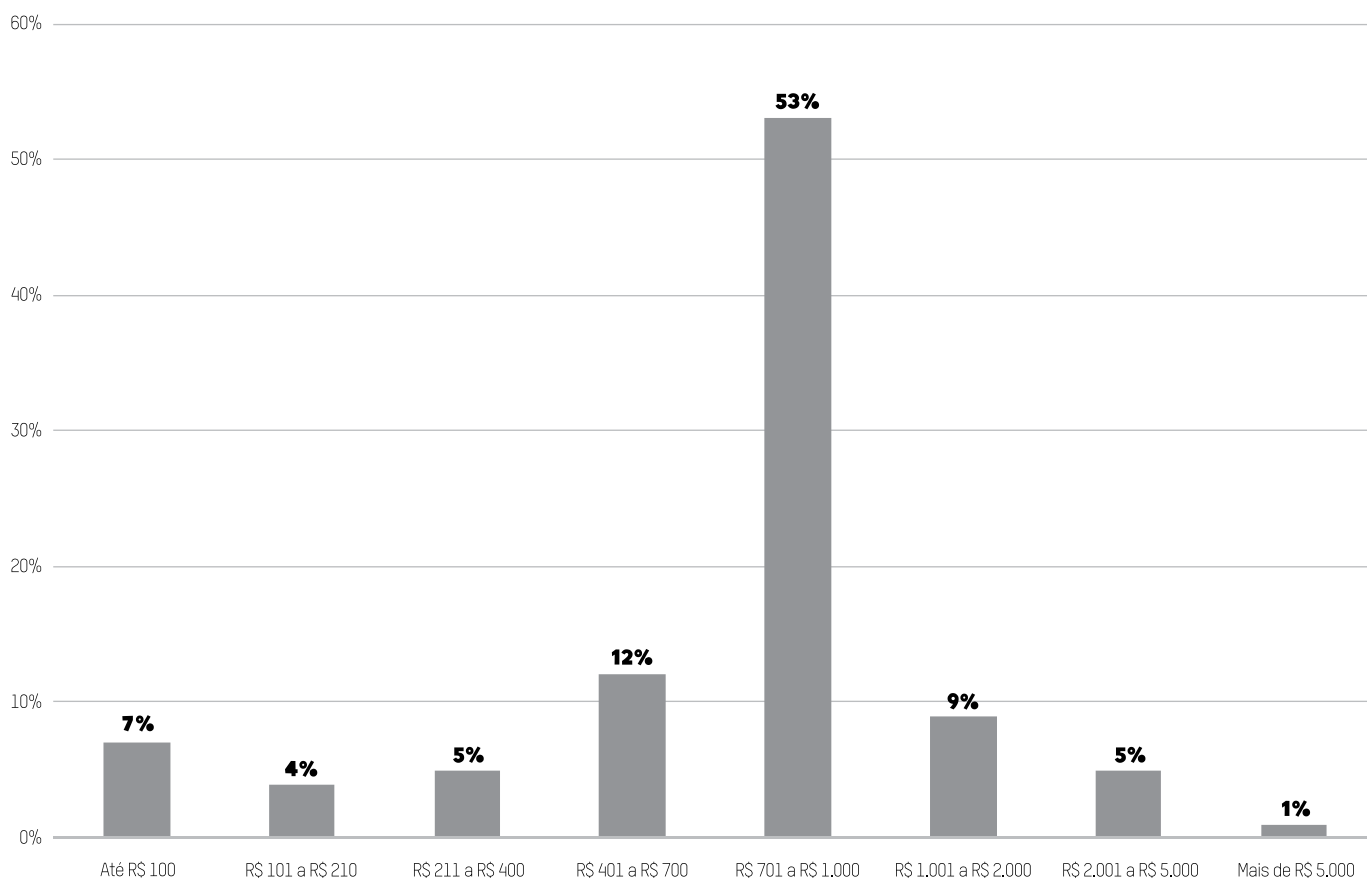
A percepção pública de pobreza no Brasil é dissonante quando comparada aos critérios hoje utilizados mundialmente. A pobreza no país afetava cerca de 15 milhões de pessoas em 2017, segundo o critério-base do Banco Mundial³, que traça a linha a um rendimento de US\$ 1.90 por pessoa/dia – algo em torno de R\$ 210 domiciliar per capita/mês⁴.

Considerando o critério adicional do Banco Mundial para países de *Upper-middle Income Economy*, como é o caso do Brasil, calcula-se também a taxa de pobreza a US\$ 5.50 por pessoa/dia – cerca de R\$ 400 domiciliar per ca-

pita/mês pela paridade de poder de compra⁵. Sob esta régua, o Brasil tinha, em 2017, cerca de 55 milhões de pessoas pobres⁶.

Para apenas 7% dos brasileiros, um indivíduo pode ser considerado pobre com rendimentos de até R\$ 210, e para 11% a pobreza é definida por rendimentos individuais não maiores do que R\$ 400. Dois em cada três entrevistados acham que a linha da pobreza começa nos R\$ 701 mensais, sendo que 53% acham que ela está entre R\$ 701 e R\$ 1.000 – este último próximo ao valor do salário mínimo atual – como mostra o **Gráfico 2**.

// GRÁFICO 2. Brasil – Percepção da linha de pobreza



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: Na sua opinião, até quanto uma pessoa deve ganhar por mês para ser considerada pobre no Brasil?

Nota: Os que declararam não saber somam 1%.

Sob uma linha de pobreza de um salário mínimo, o Brasil teria, em 2017, cerca de 83 milhões de pobres, perto de 40% da população abaixo da linha da pobreza “percebida”⁷.

Dentro da faixa mais citada – R\$ 701 a R\$ 1000 – há pouca variação de respostas dentre indivíduos em diferentes faixas de renda. Conforme as faixas sobem, pessoas com rendimentos maiores tendem a “arrastar” a linha da pobreza para cima. 19% dos entrevistados cujos rendimentos individuais são superiores a 5 salários mínimos acreditam que são pobres brasileiros com rendimentos mensais de até R\$ 2.000, e 11% deste mesmo grupo acreditam que este teto é de R\$ 5.000.

Estes dados são importantes para o debate do significado de “pobreza” para a população brasileira. Também revelam que existe um desafio no país de melhoria na percepção da distribuição da renda. Trata-se de condição importante para um debate realista em torno de qualquer política redistributiva (previdência pública ou Bolsa Família, por exemplo), e para o fortalecimento da solidariedade social em prol de um país mais desenvolvido e justo.



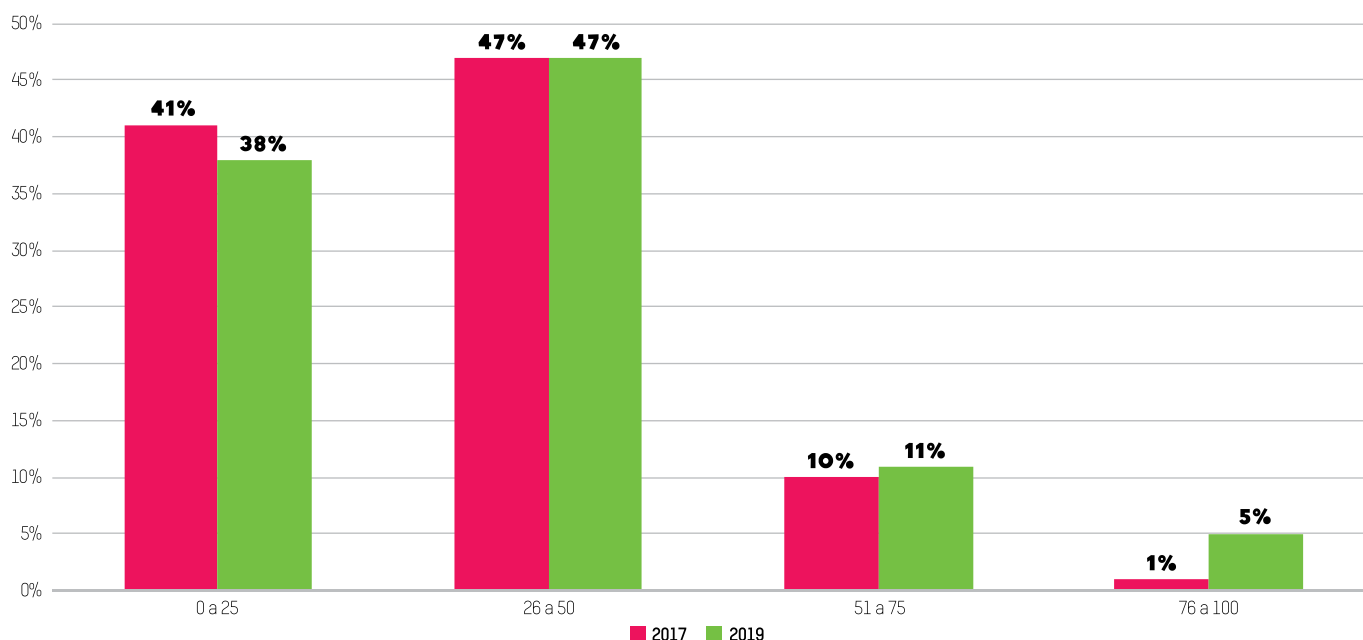
1.3. RICO? EU NÃO.

Quando perguntados onde se localizam numa escala de 0 a 100, na qual 0 significa “muito pobre” e 100 significa “muito rico”, 85% dos brasileiros se colocam na metade mais pobre (0 a 50). Apesar de se tratar de uma oscilação positiva quando comparada aos níveis da primeira pesquisa de 2017 (na qual esse número foi de 88%), ainda é bastante distorcida a percepção da distribuição social.

Como visto no **Gráfico 3**, as maiores variações ocorreram nas “extremidades”: entre 2017 e 2019, caiu de 41% para 38% o contingente que se coloca entre 0 e 25, e subiu de 1% para 5% aqueles que se colocam entre 76 e 100. No geral, subiu de 12% para 16% aqueles que se colocam na metade mais rica do país.

// GRÁFICO 3.

Brasil – Percepção de sua própria localização na distribuição de renda nacional.



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: Em uma escala de 0 a 100 em que 0 estão as pessoas com a renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres, e 100 as pessoas com a renda mais alta do país, ou seja, os muito ricos, em que posição você se colocaria?

Nota: Os que declararam não saber somam 1%.

A percepção de renda mínima para estar entre os 10% mais ricos também melhorou um pouco, mas continua bastante distante da realidade. Considerando os rendimentos individuais daqueles com algum rendimento, o valor mínimo para fazer parte dos 10% mais ricos do Brasil estava em 4,3 salários mínimos em 2017⁸ – R\$ 4.290 em valores atuais⁹. Ou seja, as pessoas não se dão conta que com uma maioria da população na base da pirâmide e uma minoria concentrando renda, não é preciso muito para estar no topo das faixas de renda nacional.

Apenas 19% dos respondentes declararam valores inferiores a R\$ 5.000 para estar entre os 10% mais ricos – um aumento em relação aos 15% que responderam o mesmo em 2017. Apesar disso, 65% dos respondentes acreditam que, para fazer parte do maior decil de renda, são necessários mais de R\$ 5.000. Quase metade dos respondentes – 49% – acham que o mínimo seria de R\$ 20.000, quase cinco vezes mais do que a realidade. Vale dizer que o maior decil de renda apresenta uma grande desigualdade interna, indo de R\$4.290,00 a milhões de reais.

1.4. OTIMISMO INDIVIDUAL, CETICISMO SOCIAL

Corroborando os números e de localização em escala numérica, 65% dos brasileiros se localizam nas categorias “classe média baixa” ou “pobre”. 43% daqueles com renda individual superior a 5 salários mínimos acreditam estar nestes grupos.

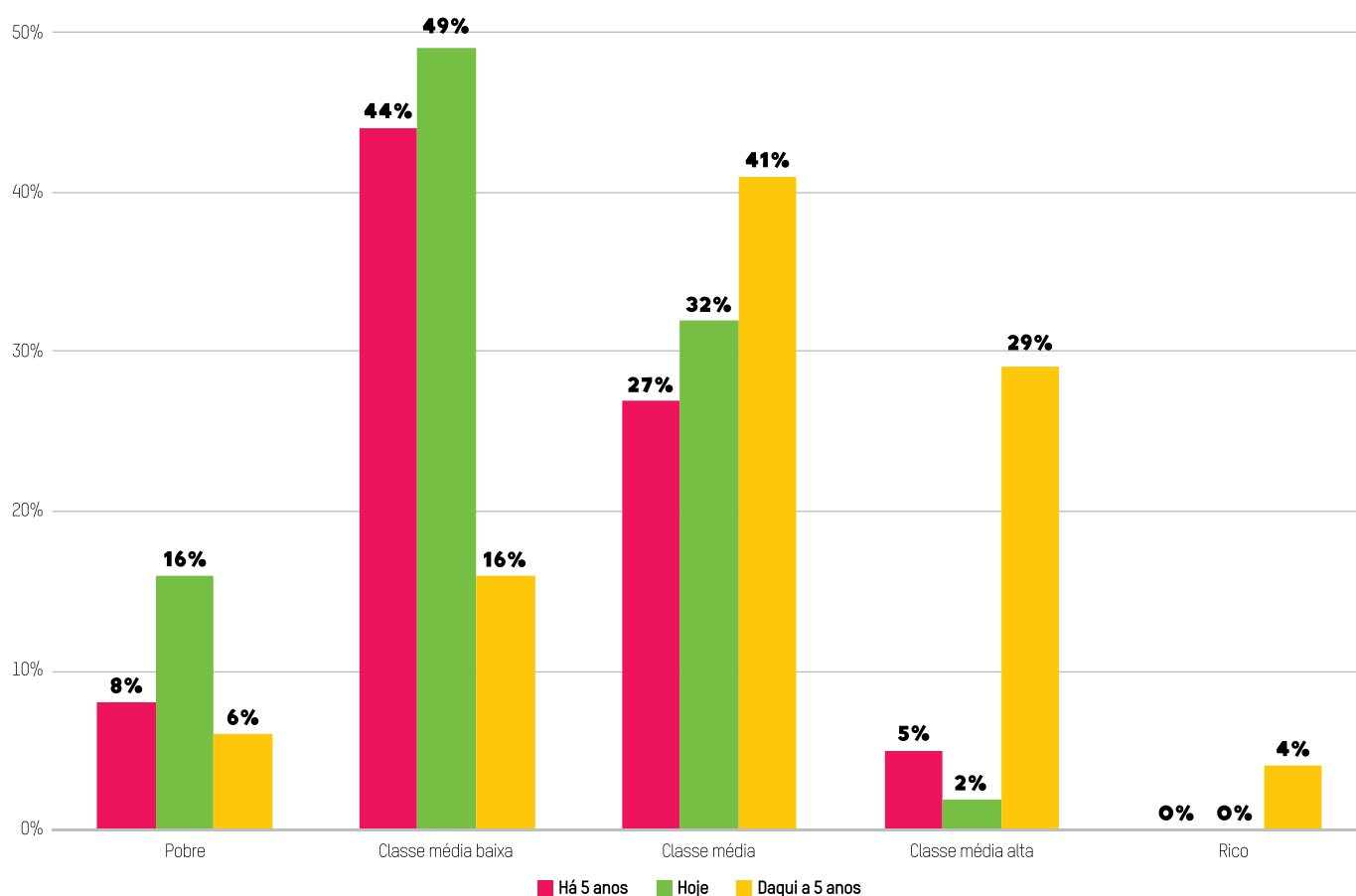
Por outro lado, 70% dos brasileiros acreditam que estarão, dentro de cinco anos, entre a “classe média” e a “classe média alta”. Dentre aqueles que recebem até um salário mínimo mensal de renda individual, 68% acreditam que estarão nestes grupos até 2024. Estes dados são vistos no **Gráfico 4**.

Isso mostra um otimismo individual inegável em termos de mobilidade social. Apesar das classes não terem sido definidas de modo objetivo (por faixas de renda), é razoável concluir que “classe média” e “classe média alta” sejam saltos sociais importantes para uma população que se acha majoritariamente pobre.

Há ainda um grupo minoritário de 4% que se vê dentre os “ricos” no período de cinco anos, algo importante de ressaltar dado que praticamente não houve respondente que tenha se classificado como “rico” nos dias de hoje (ou há cinco anos).

// GRÁFICO 4.

Brasil – Autopercepção de classe social hoje, há cinco anos e daqui a cinco anos



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

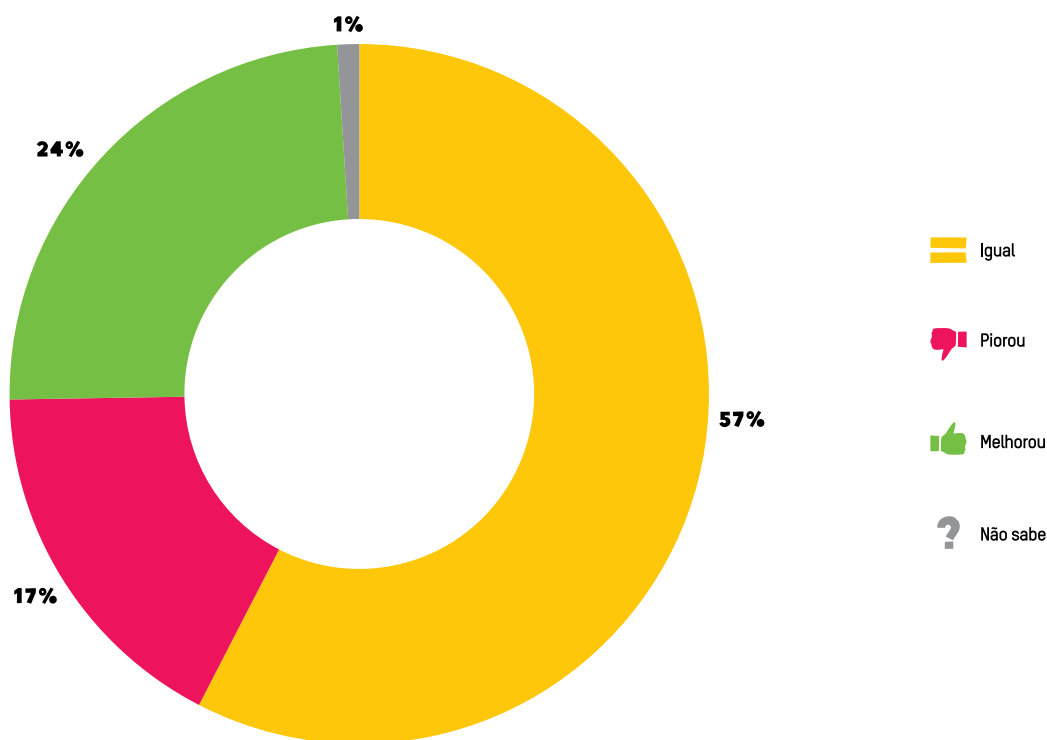
Pergunta: Considerando sua renda e padrão de vida, você se considera em qual dos seguintes grupos? E há 5 anos aproximadamente, você estava em qual desses grupos? E daqui a cinco anos, você imagina estar em qual desses grupos?

O **Gráfico 5** mostra que 17% dos brasileiros acreditam que caíram de classe social de cinco anos para cá. Considerando somente este grupo, as explicações para tal queda¹⁰ estão na deterioração das condições financeiras da família (para 43%), na falta de oportunidades profissionais (para 39%), no deficit educacional (para 20%) e no local de moradia (para 12%).

Por outro lado, 1 em cada 4 brasileiros entendem que subiram de classe social desde 2014. Dentro dos ascendentes, as explicações para tal mobilidade estão nas oportunidades de trabalho (para 52%), na melhoria das condições financeiras da família (para 32%), nas oportunidades de estudo (para 27%) e no local de moradia (para 22%).

// GRÁFICO 5.

Brasil – Autopercepção de mobilidade social de cinco anos para cá



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: Considerando sua renda e padrão de vida, você se considera em qual dos seguintes grupos? E há 5 anos aproximadamente, você estava em qual desses grupos?

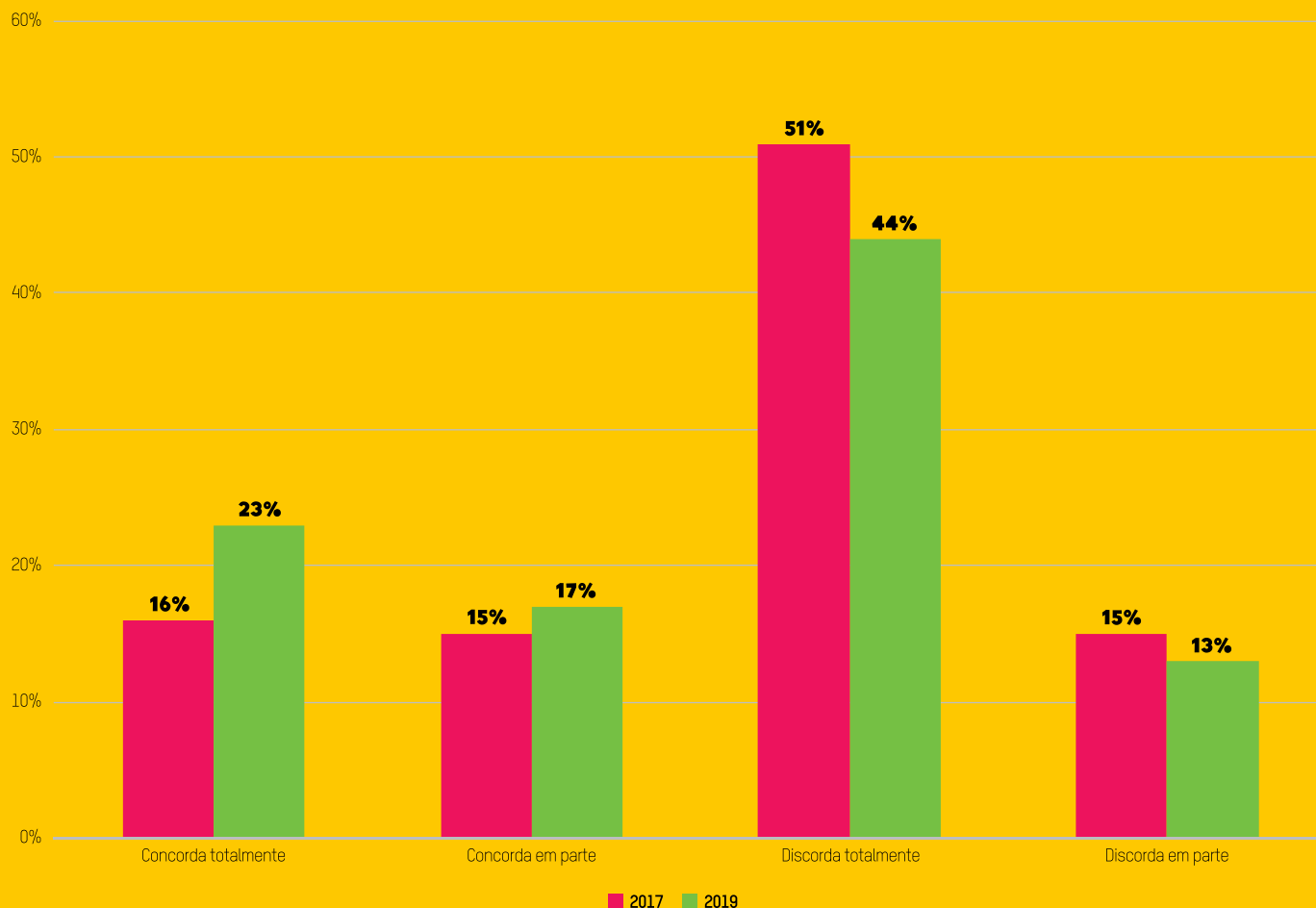
Mais além das primeiras explicações – em boa medida intuitivas – é importante observar como o local de moradia impacta a percepção de progresso social. Corroborando a importância relativamente alta desse quesito, obtivemos em outra pergunta uma concordância total e parcial de 74% para a afirmação de que “um jovem de periferia tem menos chances de conseguir um trabalho por morar na periferia”, chegando a 77% no caso de entrevistados com rendimentos individuais de até um salário mínimo – boa parte deles moradores de periferia.

Se existe algum otimismo individual, o mesmo não é observado nas expectativas de redução de desigualdades sociais no país. Apesar de alguma melhora na percepção dos brasileiros em relação à 2017 quanto às perspectivas de uma sociedade mais equitativa, uma convincente maioria ainda não espera que a diferença entre ricos e pobres diminua no futuro próximo.

O **Gráfico 6** aponta que 57% dos entrevistados discordam da afirmação de que, “nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil”, enquanto 40% concordam. Em 2017, esses números eram de 66% e 31% respectivamente, indicando uma melhora de 9% na expectativa de redução de desigualdades no país. Nesta, como em outras questões, pesa o momento da aplicação do questionário – início de um novo governo com grandes promessas em relação à melhoria de vida da população.

// GRÁFICO 6.

Brasil – Percepção sobre a possível queda das desigualdades nos próximos anos



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação de que “nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil.”

Nota: Os que responderam “não concorda nem discorda” somam 1% em 2019 (2% em 2017). Os que declararam não saber somam 2% em ambos os anos.

1.5. MÉRITO NÃO RESOLVE

Entre 2017 e 2019, variou um pouco a percepção de que, por meio do trabalho e dos estudos, as chances de uma pessoa pobre se nivelam àquelas de uma pessoa rica.

De acordo com a pesquisa, 58% da população duvidam e 41% concordam que “uma pessoa de família pobre que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito”. Em 2017, esses números eram 60% e 38% respectivamente.

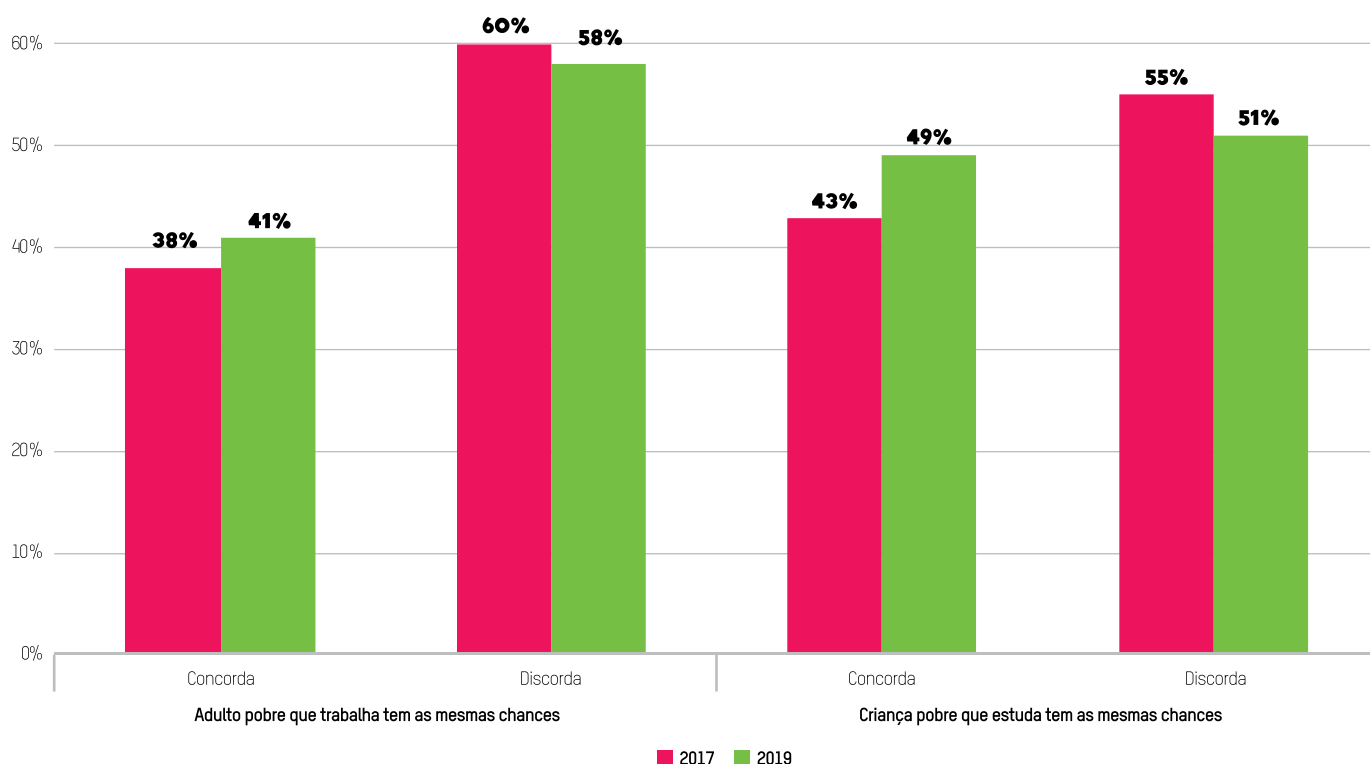
Em relação à educação como caminho para a equalização de oportunidades, há empate técnico. São 51% dos

brasileiros e brasileiras que não creem que “uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica”, contra 49% que acreditam nisso. Em 2017, tais valores eram 55% e 43%, respectivamente.

Ou seja, mesmo com maioria das pessoas entrevistadas percebendo os desafios para que as pessoas pobres possam ter uma vida melhor, uma grande parcela da população ainda não percebe que a mobilidade social depende de uma combinação de políticas e fatores sociais, econômicos e territoriais que vão além do esforço individual. Nascer em favelas e nas periferias de grandes centros urbanos, ser negro ou negra define, em diferentes aspectos, o futuro de cidadãos e cidadãs do nosso país.

// GRÁFICO 7.

Brasil – Confiança no papel do trabalho e da educação como niveladores sociais para os mais pobres



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que “No Brasil, uma pessoa de família pobre e que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito” e de que “No Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica”.

Nota: Os que responderam “não concorda nem discorda” somam 1% em 2019 e 2017 para o quesito trabalho, e 0% em 2019 e 1% em 2017 para o quesito estudo. Os que declararam não saber somam 1% em 2019 e não pontuam em 2017 no quesito trabalho, e não pontuam em nenhum dos anos no quesito estudo.

Existe, ainda, ampla desconfiança com a capacidade de mobilidade social na sociedade, apesar da confiança com a mobilidade própria, como apontado anteriormente. Isso não parece significar que o trabalho e a educação não sejam vistos como caminho para mobilidade, mas talvez que não sejam suficientes, na percepção dos brasileiros, como veremos a seguir.

1.6. FÉ, EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA UMA VIDA MELHOR

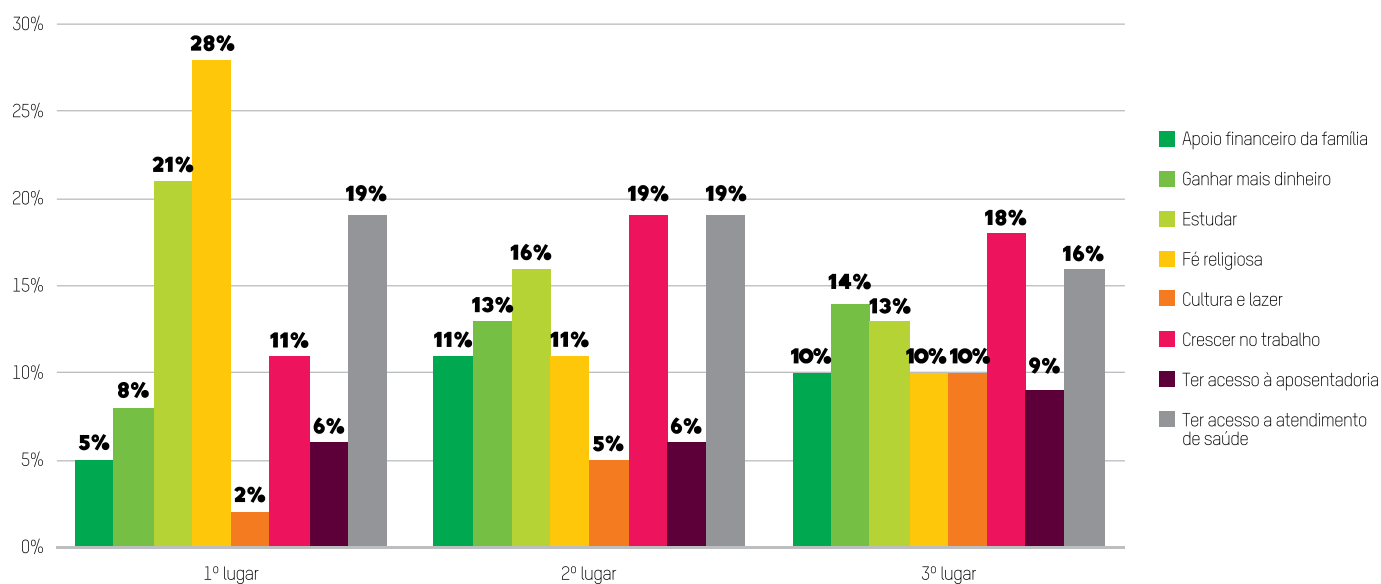
Quando convidados a colocarem em ordem de importância oito aspectos para “uma vida melhor daqui para frente”, pré-determinados no questionário aplicado, aquele que recebe o maior contingente de prioridades é a “fé

religiosa”, com 28% (**Gráfico 8**).

Em seguida, aparecem os aspectos “estudar” e “ter acesso à saúde”, para 21% e 19% dos entrevistados, respectivamente. Juntos, “fé religiosa”, “estudar” e “ter acesso à saúde” são primeiras prioridades de 68% dos brasileiros.

Considerando o conjunto da primeira, segunda e terceira prioridades somadas, destacam-se “ter acesso à saúde” (com 54%), “estudar” (com 50%), “fé religiosa” (com 49%) e “crescer no trabalho” (com 48%). Dos menos prioritários, “cultura e lazer” é mencionado nas três primeiras rodadas em apenas 17% das respostas, seguido de “ter acesso à aposentadoria”, que é eleito prioritário em apenas 21% das respostas somadas.

// GRÁFICO 8. Brasil – Prioridades para melhoria de vida



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: Agora, eu gostaria que o(a) Sr(a) colocasse em ordem de importância alguns aspectos que considera importante para ter uma vida melhor daqui para frente, do mais importante ao menos importante.

Importante apontar como a renda, pura e simples, não é vista como aspecto prioritário para uma vida melhor. Considerando a primeira prioridade, “ganhar mais dinheiro” foi resposta de apenas 8% dos entrevistados, sendo mencionada em 35% das respostas referentes aos três principais aspectos. E isso é mais forte dentre aqueles com menores rendimentos.

Considerando entrevistados que ganham até um salário mínimo, “ganhar mais dinheiro” é primeira prioridade para apenas 7% deles, metade dos 14% da população com rendimentos superiores a 5 salários mínimos que elegeram este aspecto como principal.

2. PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO E RAÇA

2.1. PARA MAIORIA CRESCENTE, GÊNERO E RAÇA IMPACTAM RENDA

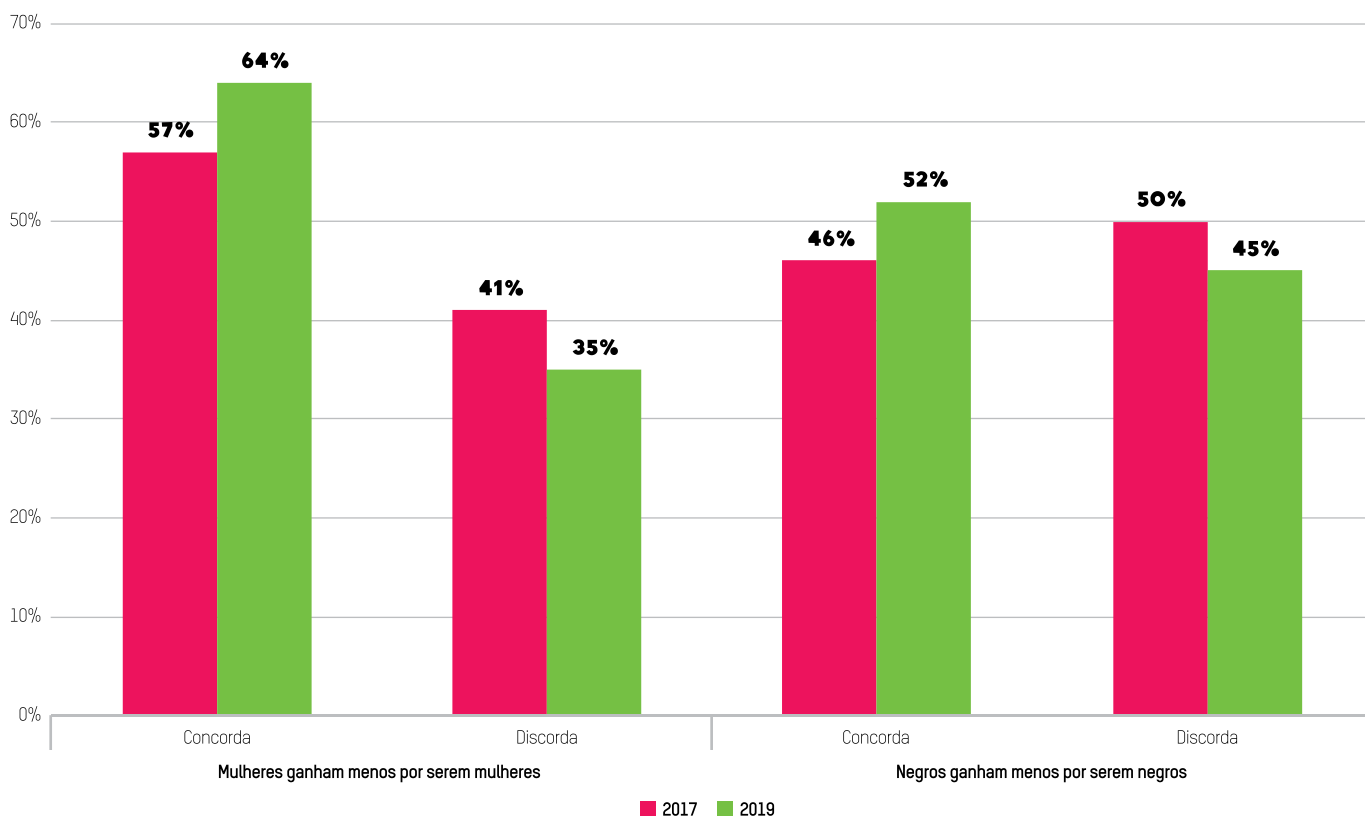
Nos 18 meses que separam as duas pesquisas, aumentou a percepção pública sobre discriminação por gênero e raça no mercado de trabalho (Gráfico 9). Esta variação é importante na medida em que o aumento da percepção do problema é condição para apoio público às suas soluções.

Em 2019, a pesquisa mostra que 64% concordam total ou parcialmente que “mulheres ganham menos no mercado de trabalho por serem mulheres”, contra 33% que discordam. Em 2017, a concordância total ou parcial era de 57% e a discordância total ou parcial era de 41%.

Como esperado, a concordância entre mulheres é maior do que aquela observada entre homens: 69% delas concordam com a afirmação, contra 58% deles. Trata-se de diferença relevante de 11 pontos percentuais, em que pese uma maioria convincente existir em ambos os grupos.

// GRÁFICO 9.

Brasil – Percepções sobre impacto do gênero e da raça sobre rendimentos



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que “Mulheres ganham menos do que homens no mercado de trabalho por serem mulheres” e de que “Negros ganham menos que brancos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros”.

Nota: Os que responderam “não concorda nem discorda” somam 1% em 2019 e 2017 para o quesito gênero, e 1% em 2019 e 2017 para o quesito raça. Os que declararam não saber somam 1% em 2019 e 2017 no quesito gênero, e 2% em 2019 e 2017 quesito raça.

Quanto ao racismo e sua relação com renda no mercado de trabalho, houve oscilação positiva da percepção desta conexão entre 2017 e 2019, com a constituição de uma maioria que percebe o peso da raça na renda. Hoje, 52% dos brasileiros concordam com a afirmação de que “negros ganham menos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros”, enquanto 45% dos respondentes discordam total ou parcialmente da afirmação. Em 2017, as concordâncias somavam 46% contra 50% de discordância.

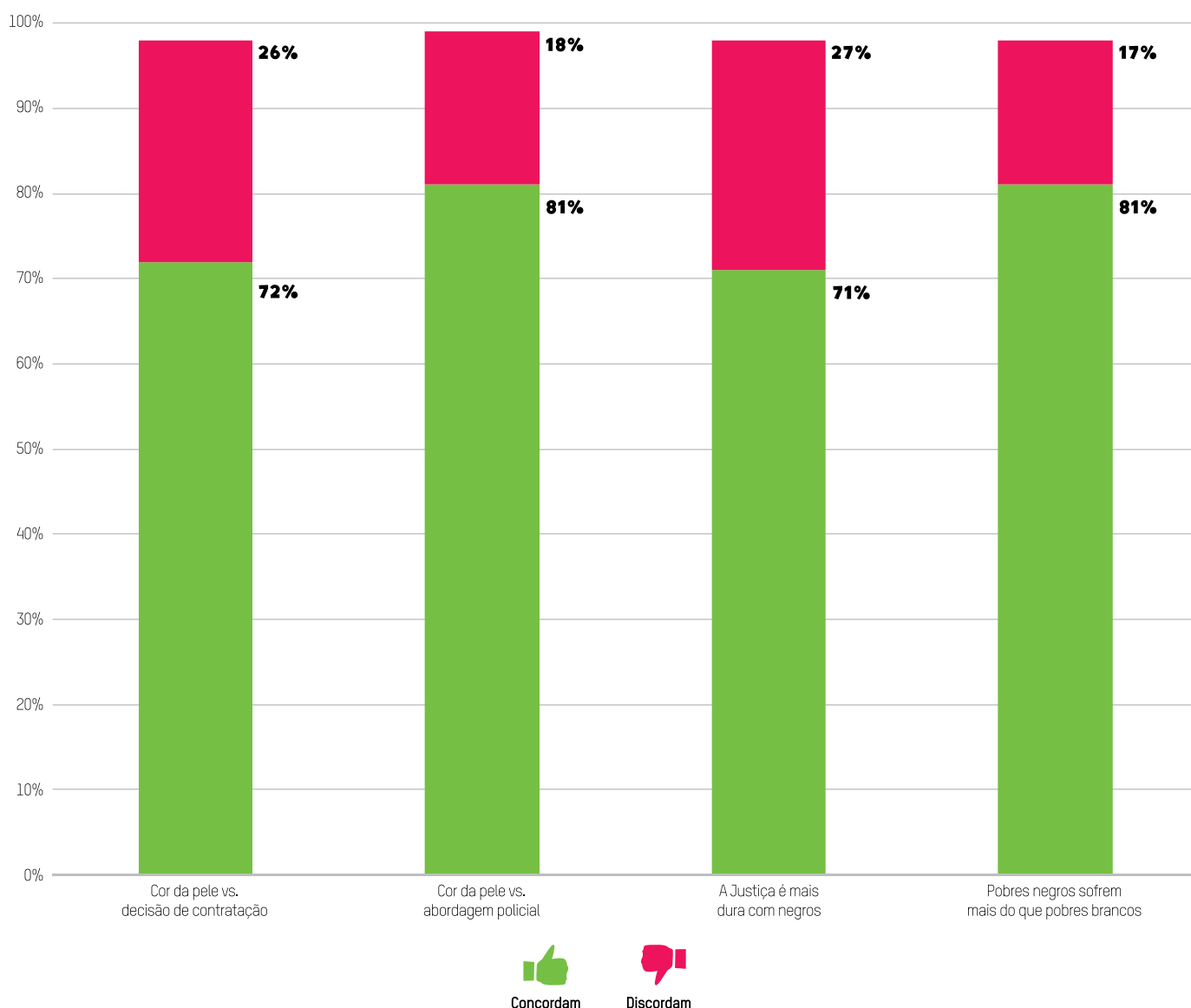
Estratificando a concordância para a pesquisa 2019, 52% das pessoas que se autodeclararam “pardas” acreditam que negros ganham menos por serem negros, o número sobe para 57% para os autodeclarados “pretos”, contra 50% de autodeclarados brancos. Trata-se de diferença relevante de 7 pontos percentuais entre pretos e brancos, que marca o contraste da maior percepção de quem mais sofre com o racismo.

Ainda assim, entre brancos é predominante o grupo daqueles que responderam concordar com a existência de racismo no mercado de trabalho em relação àqueles que discordam. O racismo como definidor de renda é amplamente declarado nas respostas dos entrevistados – algo ainda mais evidente no caso de outras expressões do racismo, como visto a seguir.

2.2. A COR DA PELE DEFINE

A cor da pele define amplamente as chances de contratação por empresas e de abordagem policial, bem como afeta o tratamento pela justiça e dificulta a vida de quem é pobre, conforme dados expostos no **Gráfico 10**.

// GRÁFICO 10. Brasil – Percepções sobre o racismo



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: Concordância/discordância sobre as afirmações de que: "A cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial"; "A justiça é mais dura com os negros"; "Pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos"; e, "A cor da pele influencia a decisão de contratação por empresas".

Nota: Os que responderam "não concorda nem discorda" somam 1% em todas as afirmações, exceto pela "abordagem policial", que não pontuou. Dentre os que declararam não saber, estes somam 1% para todas as afirmações testadas.

Diretamente relacionado à renda, a cor da pele influencia a decisão de contratação por empresas de acordo com a percepção de 72% dos brasileiros. Dentre os autodeclarados pardos, a concordância é de 71%, e dentre os pretos chega a 82%. Entre brancos, 69% dos respondentes declararam concordância total ou parcial com a afirmação.

Também é bastante alta a percepção do racismo policial no Brasil: 81% da população acreditam que a cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial. Entre pardos, esse número também é de 81%, sendo muito maior entre pretos – 88%. Mesmo entre brancos, muito menos vitimados pela polícia¹¹, concordância é bastante alta, chegando a 79%.

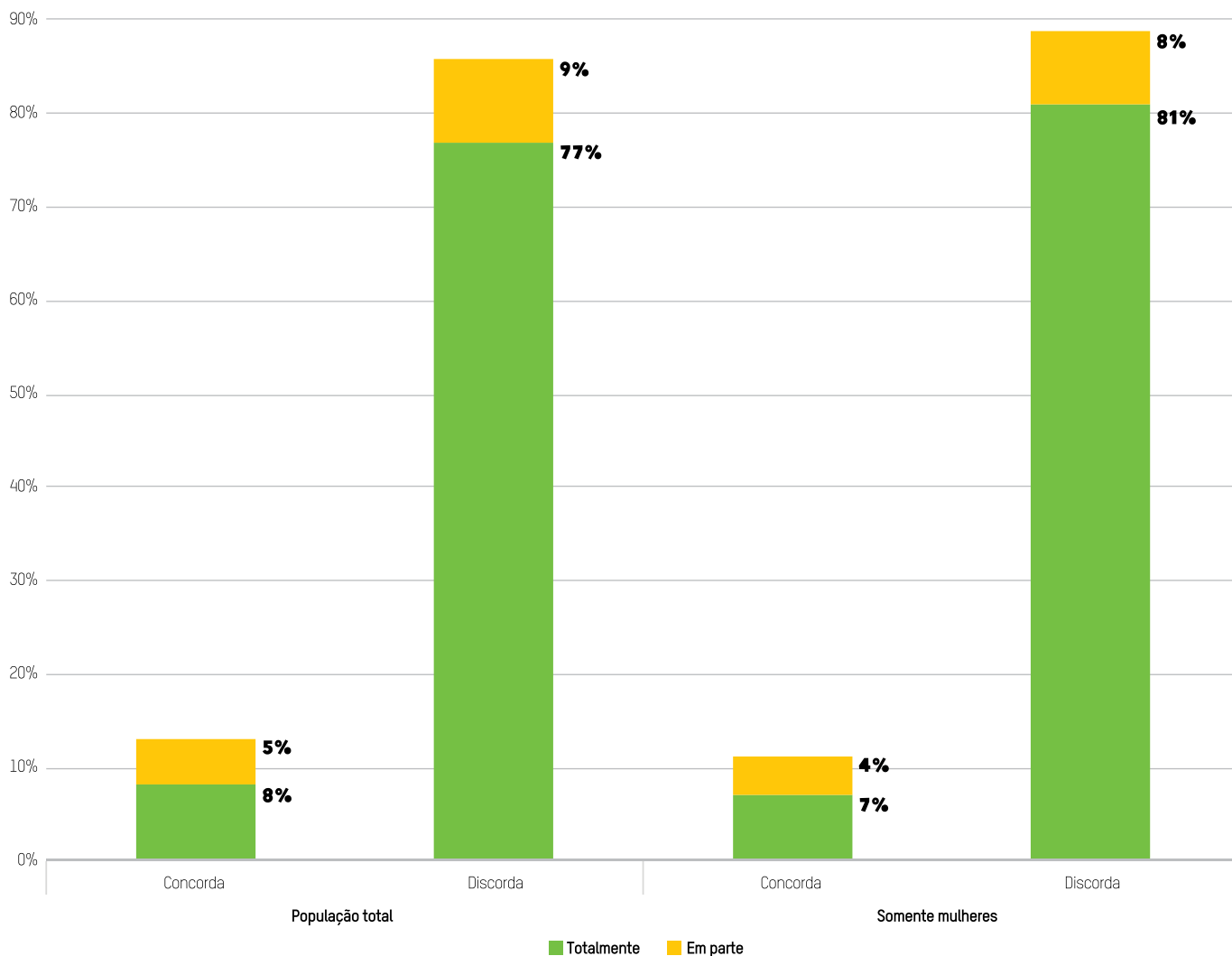
A justiça é mais dura com negros para 71%, percepção que aumenta para 72% dos entre os entrevistados pardos e para 76% no grupo de entrevistados pretos. Aqui reside uma diferença menor entre negros e brancos, 66% desses últimos concordando com a afirmação.

Por fim, a pobreza pesa mais se você for negro: 81% dos entrevistados concordam com a afirmação de que “pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos”. Tal afirmação é corroborada por 80% dos brancos, 81% dos pardos e 85% dos pretos que foram entrevistados. Considerando somente a faixa de renda mais baixa da estratificação da pesquisa, de até um salário mínimo, a afirmação é corroborada por 82% dos entrevistados.

2.3. LUGAR DE MULHER

A maioria da população se contrapõe ao papel tradicional atribuído à mulher no ambiente doméstico. Como aponta o **Gráfico 11**, 86% dos entrevistados discordam total ou parcialmente da afirmação de que “as mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora”, contra 12% de concordância.

// GRÁFICO 11.
Brasil – O papel da mulher é somente cuidar da casa e dos filhos



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação de que “As mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora”.

Nota: Os que responderam “não concorda nem discorda” e os que declararam não saber não pontuaram nesta pergunta, seja na amostragem geral seja no recorte de respondentes mulheres.



Entre as mulheres, a discordância total ou parcial com a afirmação chega a 89%, contra 85% dos homens. Tama- nha percepção contrasta com a realidade, na qual mu- lheres dedicam, em média, 18 horas semanais a cuida- dos de pessoas ou afazeres domésticos contra apenas 10 horas semanais dos homens¹². Além disso, a propor- ção de mulheres realizando trabalhos em tempo parcial (28%) é o dobro da proporção de homens (14%), sobre- tudo por conta dos trabalhos domésticos e de cuidados que recaem sob responsabilidade delas¹³.

Apesar de ser uma maioria convincente em todos os es- tratos sociais, existe um evidente recorte de renda: en- quanto a discordância é de 83% entre os entrevistados com rendimentos de até 1 salário mínimo, ela chega a 95% entre aqueles com rendimentos individuais superio- res a 5 salários mínimos.

3. PERCEPÇÕES SOBRE TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS

3.1. MAIOR APOIO À TRIBUTAÇÃO, GERAL E DOS RICOS

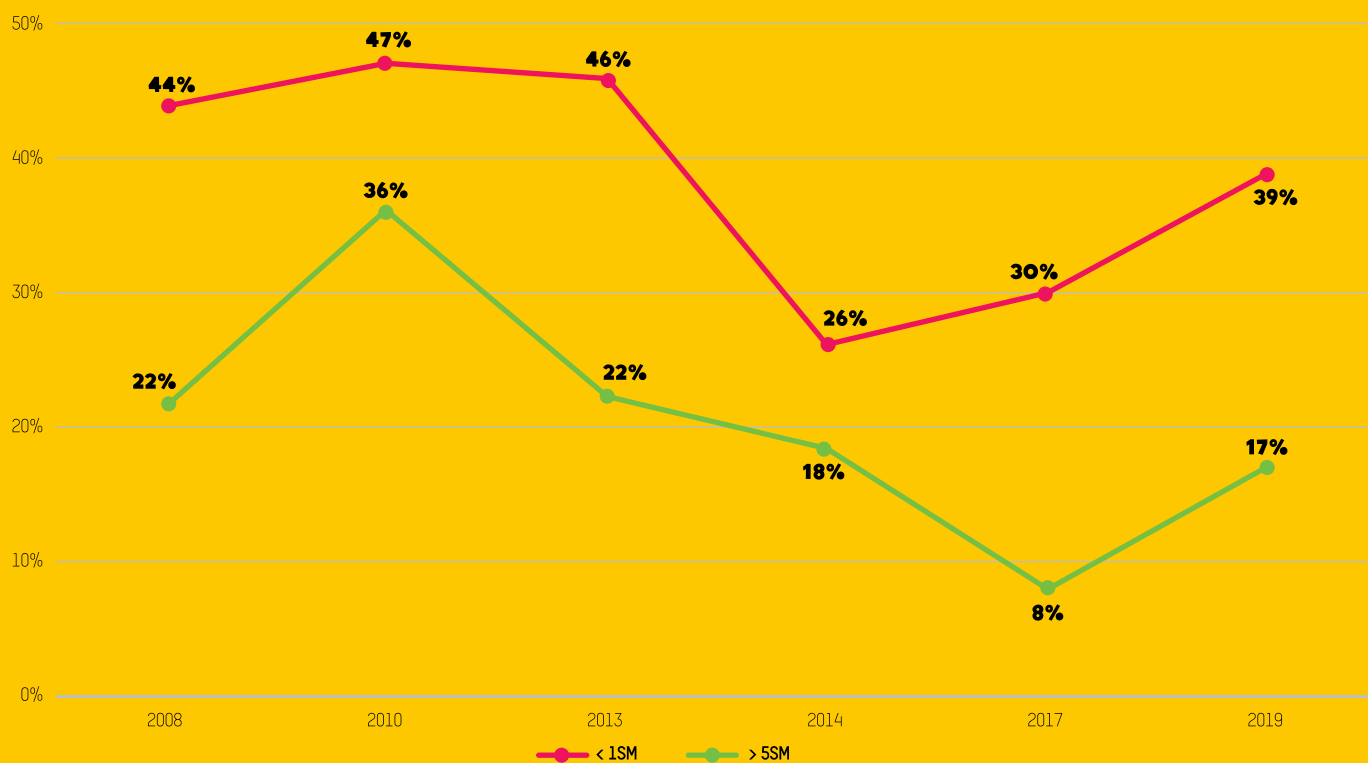
Desde 2014, tem crescido o número de pobres no Brasil¹⁴ e o desemprego subiu de patamar para uma taxa que hoje circunda os 12%¹⁵. A renda geral caiu e, com isso, a dependência das pessoas por serviços públicos tende a ser mais valorizada.

Não por acaso há um aumento visível do apoio à tributação em geral como meio de garantir serviços públicos quando comparados os números de 2017 e 2019. Hoje, 31% acreditam que “governos devem aumentar os impostos para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”, contra 24% em 2017.

Lançando o olhar para uma série histórica de 11 anos conforme exibida no Gráfico 12¹⁶, tal apoio não alcançou os níveis pré-2013, mas há uma tendência de alta, especialmente entre aqueles que ganham até um salário mínimo mensal (ascensão identificada, nos dados utilizados, a partir de 2014). Mesmo entre aqueles com rendimentos superiores a 5 salários mínimos – em geral mais resistentes à tributação – houve um significativo aumento da concordância entre 2017 e 2019, de 8% para 17%.

// GRÁFICO 12.

Brasil – Suporte à tributação em geral para políticas sociais – 2008-2019



Fontes: PSIEMS (2008), Cesop (2010 e 2014), CEM (2013) apud Arretche e Araújo 2017; Oxfam Brasil/Datafolha 2017 e 2019.

Pergunta: No caso das pesquisas Oxfam Brasil/Datafolha 2017 e 2019, foi testada a concordância com a afirmação de que "os governos devem aumentar os impostos para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam". No caso das outras pesquisas, o alinhamento foi feito com base em perguntas similares, conforme metodologia exposta em Arretche e Araújo 2017.

Nota: Os números acima se referem à somatória de concordâncias parciais e totais.

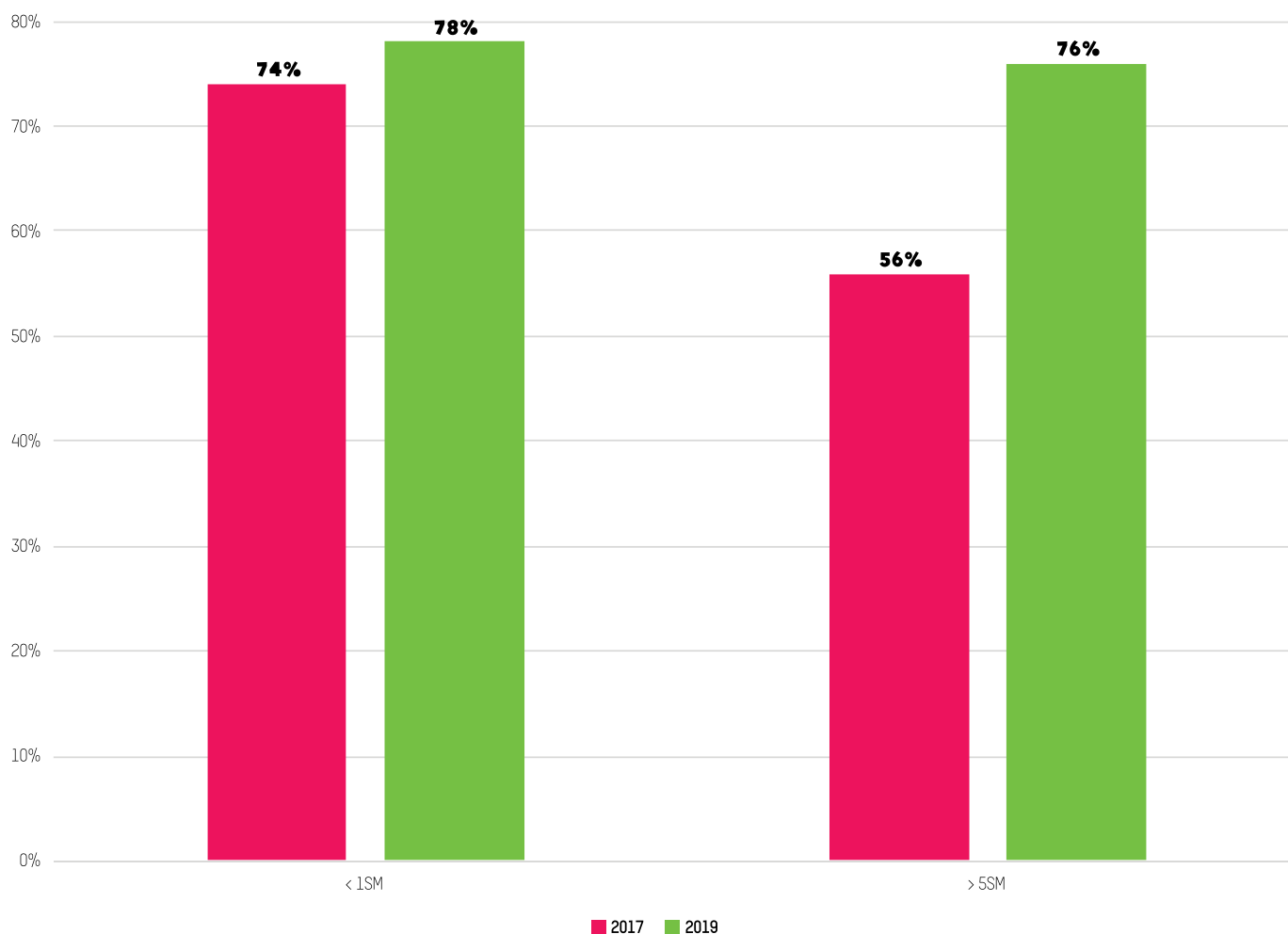
Apesar da tendência, é fundamental ressaltar que a maioria ainda é inequivocamente contrária à tributação em geral para políticas sociais: 69% discordam total ou parcialmente da afirmação em 2019 e 75% discordavam em 2017. O sentimento anti-imposto é muito forte, ao mesmo tempo em que é relativamente individualista. Em outras palavras, não existe uma atitude em prol da “redução de impostos para todos” tanto quanto existe uma repulsa ao pagamento de tributos.

Essa interpretação se sustenta quando o foco da tribu-

tação é deslocado às “pessoas muito ricas”: a mesma inversão de posições observada em 2017 é reforçada – e aumentada – em 2019, com 77% dos respondentes concordando total ou parcialmente com a afirmação de que “o governo federal deve aumentar os impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”. Tal número era de 71% em 2017, indicando um crescimento nesta posição – em especial dentre aqueles com maior renda, de 56% para 76%, conforme visto no **Gráfico 13**.

// GRÁFICO 13.

Brasil – Suporte à tributação de pessoas muito ricas para políticas sociais.



Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2017 e 2019.

Pergunta: Concordância/discordância sobre a afirmação de que “O governo federal deve aumentar os impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”.

Nota: Os números acima se referem à somatória de concordâncias parciais e totais.

Dar concretude ao que significa “pessoas muito ricas” aumenta ainda mais o índice de concordância com a tributação do topo. Neste caso, 82% da população apoia maior tributação de “pessoas que ganham mais de R\$ 40 mil por mês” como meio de “reduzir o imposto sobre produtos como alimentos, gasolina, roupas, medicamentos e eletrodomésticos”.

O alinhamento da carga tributária com os padrões internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), invertendo a proporção de arrecadação (menor para bens e serviços e maior para renda e patrimônio), teria amplo apoio popular caso fosse levada à cabo por meio de uma reforma tributária redistributiva. Segundo a pesquisa, 81% da população concorda que “o governo deveria diminuir os impostos sobre os produtos e serviços que a população consome e compensar a diferença com o aumento de impostos sobre a renda dos mais ricos”, um aumento de 9 pontos percentuais em relação à pesquisa de 2017.

Além de maior tributação no topo e da inversão da estrutura tributária – itens centrais de uma nova agenda tributária necessária –, o apoio à progressividade das alíquotas também vem crescendo nos últimos 18 meses. Hoje, 78% dos brasileiros concordam que “quem ganha mais deve pagar uma taxa maior de impostos do que quem ganha menos”, 7% a mais de entrevistados do que em 2017. Desta forma, é ainda mais forte o lastro social para uma reforma tributária que vá além da simplificação e do aumento de eficiência do sistema, mas que tenha efeitos redistributivos de modo a tornar o sistema tributário justo e alinhado com os preceitos Constitucionais.

Quando perguntados sobre o destino final dos tributos, fica também evidente o espaço de solidariedade social que existe na população – e que talvez esteja ofuscado por sistemáticas campanhas anti-imposto: 94% concordam total ou parcialmente que o imposto pago “deve beneficiar, principalmente, a educação, moradia e saúde dos mais pobres”, um número animador num contexto de disputas sobre um novo pacto fiscal.

Em seguida, fica ainda mais evidente que não passamos por uma “onda liberal” para políticas sociais como desejariam aqueles que defendem o estado mínimo – ao contrário, o brasileiro espera cada vez mais investimento estatal na sociedade para um futuro próspero e mais equitativo.

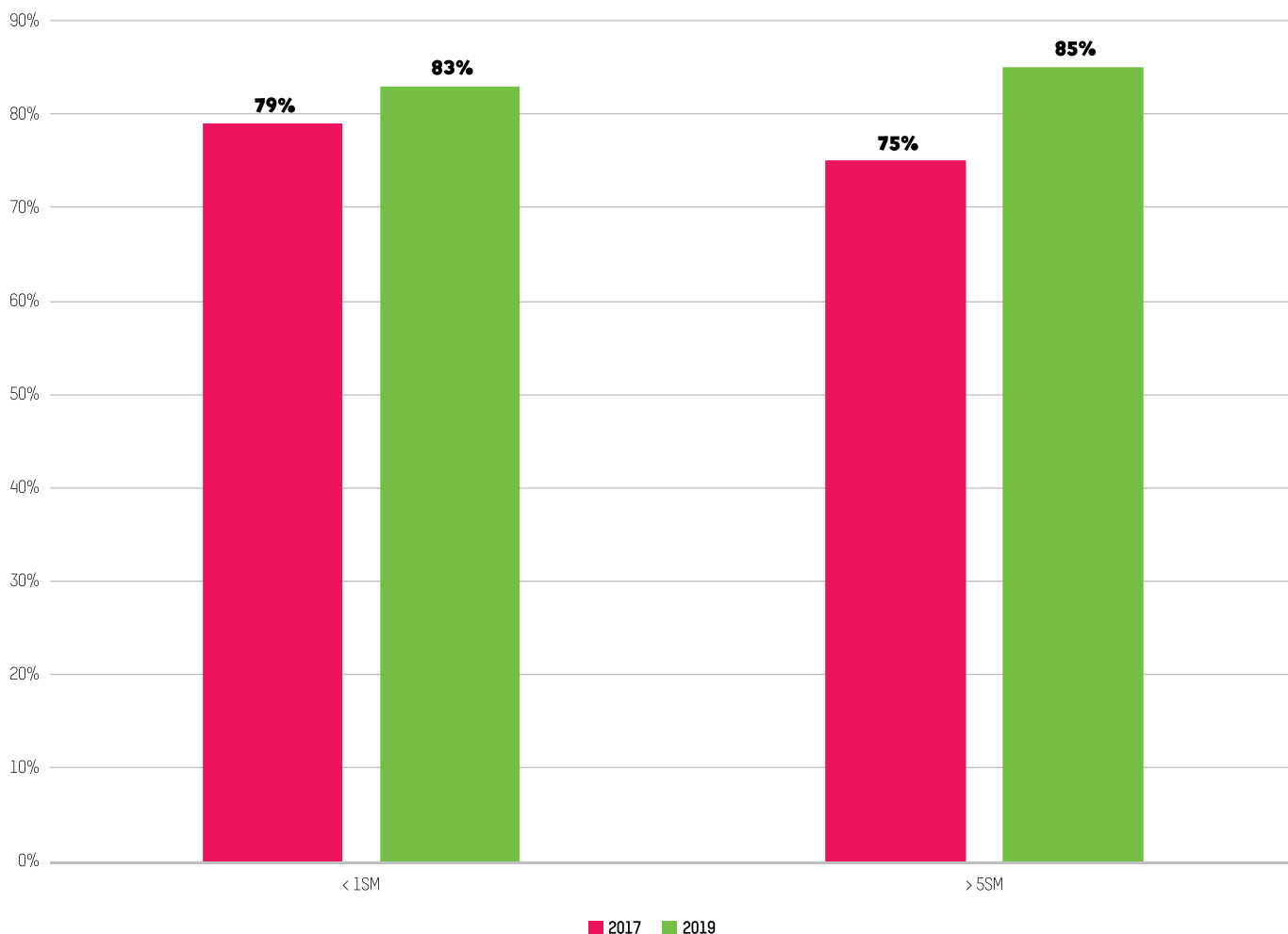


3.2. ESTADO PRESENTE E POLÍTICAS UNIVERSAIS

O apoio dos brasileiros à ação de governos no combate às desigualdades aumentou em 2019 em relação a 2017. Hoje, 84% dos entrevistados concordam total ou parcialmente com a afirmação de que, “em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres”, um aumento de 5% em relação a 2017.

Entre aqueles com rendimentos de até um salário mínimo, esse apoio é de 83%, chegando a 85% no caso das pessoas com rendimentos superiores a 5 salários mínimos. Como mostra o **Gráfico 14**, houve um crescimento em ambas as faixas nos últimos 18 meses, ainda que não seja possível dizer que isso é uma tendência.

// GRÁFICO 14.
Brasil – Papel do Estado na redução das desigualdades – 2017-2019



Fontes: Oxfam Brasil/Datafolha 2017 e 2019.

Pergunta: Foi testada a concordância com a afirmação de que, “em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres”.

Nota: Os números acima se referem à somatória de concordâncias parciais e totais

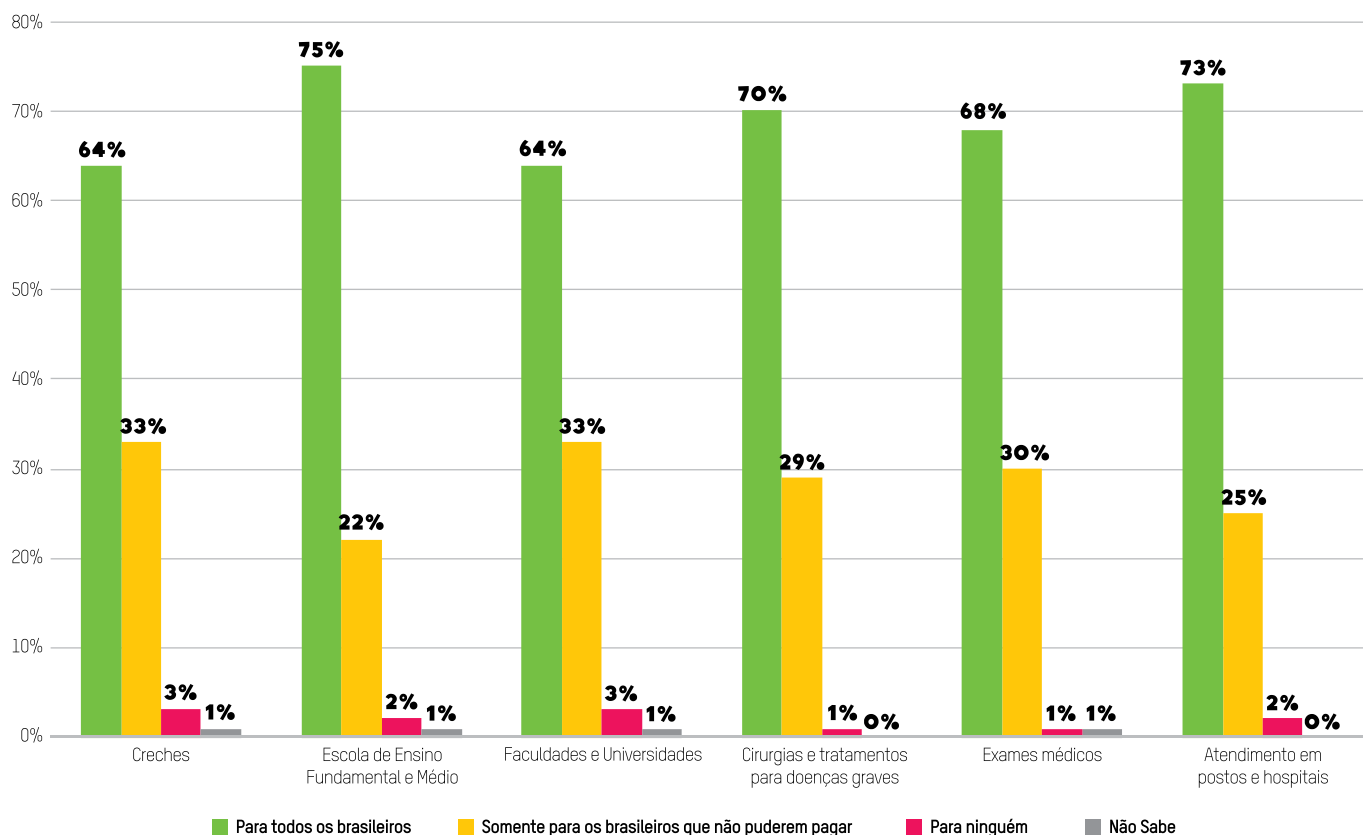
Segundo a pesquisa há concordância de que a ação governamental deve visar a diminuição de desigualdades regionais para 88% dos entrevistados. A transferência de recursos públicos para a equalização de serviços em Estados onde eles são ruins tem o apoio de 86% das pessoas.

Quando testadas as opiniões sobre o caráter das políticas públicas – universais, focalizadas ou não realizadas pelo Estado – percebe-se uma forte tendência universalista e pouquíssimo espaço para visões privatistas dos serviços públicos. Este é mais um conjunto de opiniões que suporta os princípios constitucionais firmados pela nossa sociedade em 1988, através da Constituição Federal.

Como apontado no **Gráfico 15**, o apoio a políticas universais varia entre 64% e 75% das respostas, a depender dos serviços testados. No caso da educação, 64% dos brasileiros acreditam que o governo deve prover creches e universidades para todos, enquanto 33% preferem que seja somente para quem não puder pagar. No caso do ensino fundamental e médio, o apoio à oferta universal chega a 75%, com apenas 22% apoiando a focalização naqueles sem condições financeiras para pagar. Olhando para as políticas de saúde, a relação universalidade vs. focalização é de 70% vs. 29% no caso de cirurgias e tratamentos para doenças graves, 68% vs. 30% no caso de exames médicos, e 73% vs. 25% para atendimento em postos e hospitais.

// GRÁFICO 15.

Brasil – Apoio a políticas universais, focalizadas ou à ausência de intervenção estatal em saúde e educação



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: "Na sua opinião, o governo deveria oferecer [serviço] para todos os brasileiros, somente para os brasileiros que não puderem pagar ou para ninguém e todos deveriam pagar por esse serviço?"

4. NÓS E AS DESIGUALDADES: CAMINHOS PARA A REDUÇÃO

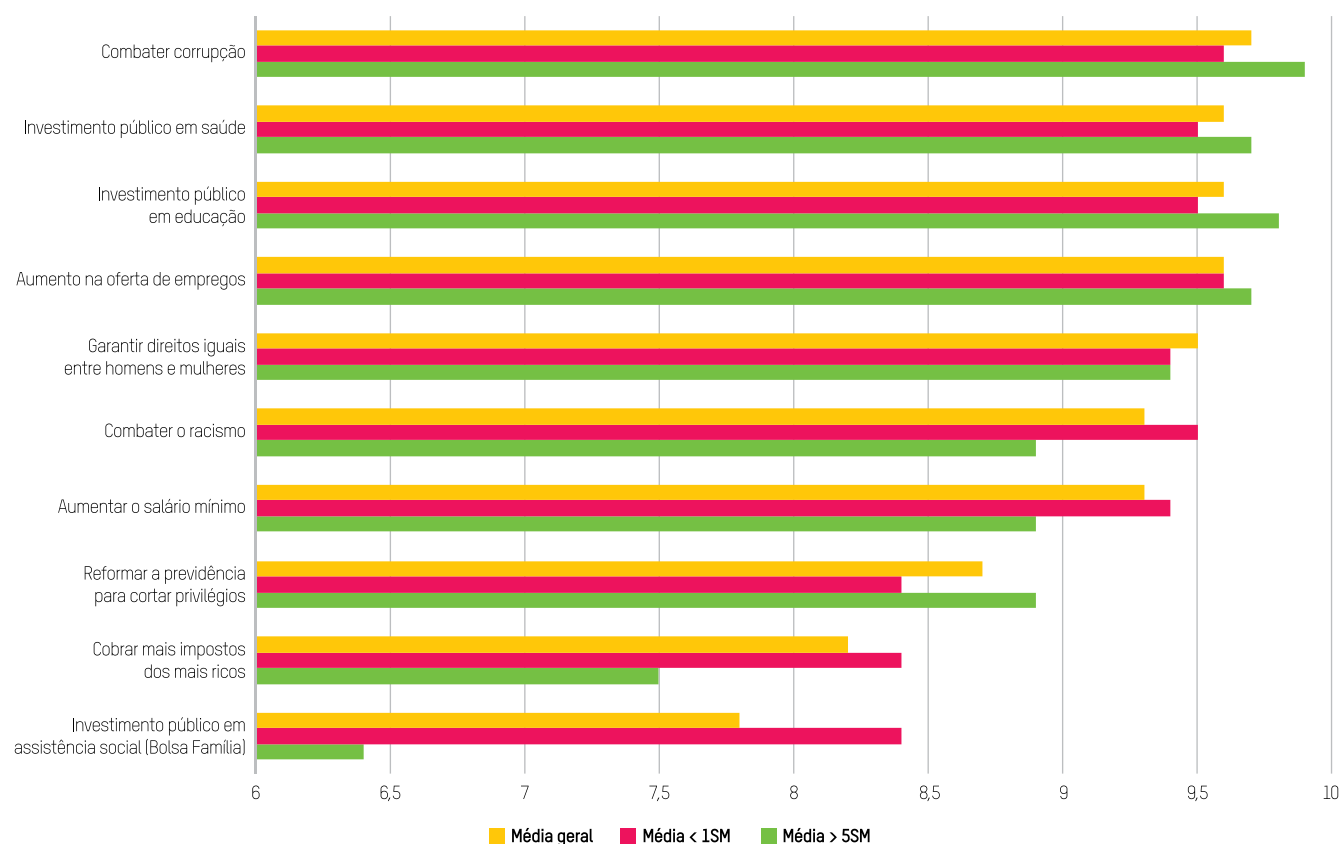
A Oxfam Brasil trabalha pela redução das desigualdades no país. Defendemos que o caminho para isso está traçado em nossa Constituição Federal, que precisa ser respeitada e plenamente implementada. Também perpassa pelos aprendizados históricos que tivemos no período pós-redemocratização.

Este conjunto, de princípios e políticas estruturais, com

políticas conjunturais efetivas e mudanças comportamentais em contínuo avanço, compõem uma agenda poderosa na construção de uma sociedade justa e solidária. A Oxfam Brasil testou essa agenda com o público entrevistado pelo Instituto Datafolha, buscando identificar o grau de importância de algumas medidas para a redução de desigualdades na opinião de brasileiras e brasileiros. O **Gráfico 16** resume os resultados.

// GRÁFICO 16.

Brasil – Médias dos graus de importância para dez medidas prioritárias para a redução de desigualdades



Fonte: Oxfam Brasil/Datafolha 2019

Pergunta: “Em uma escala de 0 a 10 em que 0 significa nada importante e 10 muito importante, o quanto você considera importante para diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil”

Via de regra, todas as medidas testadas foram consideradas em um nível bastante alto de importância para as pessoas entrevistadas, com nenhuma nota média geral abaixo de 7. A Oxfam Brasil tem proposto alguns caminhos para essas medidas, dialogando com outras organizações da sociedade e com as expectativas da população.

Combate à corrupção [9,7]: o combate à corrupção é apoiado amplamente pela população em todas as faixas de renda, mas com mais força pelas pessoas de maiores rendimentos. A corrupção é um problema histórico e central no país e que precisa ser enfrentado, na medida em que não só desvia recursos de políticas sociais como também reduz a confiança nas instituições democráticas.



Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende um Estado que funcione para todas e todos e não em função dos interesses de poucos. É necessário que avancemos em mecanismos de prestação de contas e transparência, incluindo uma efetiva regulação da atividade de lobby e o fortalecimento das instâncias de participação da sociedade civil. A atuação dos poderes executivo, legislativo e judiciário deve visar o resgate da confiança nas instituições públicas, e não sua destruição, para um efetivo combate à corrupção.

Investimento público em saúde [9,6] e em educação [9,6]: estas políticas são amplamente apoiadas por todos os estratos sociais, e têm impacto distributivo positivo nos orçamentos da população pobre e da classe média baixa¹⁷. O tamanho das desigualdades no Brasil e o elevado número de pessoas em situação de pobreza demandam continuidade, visão de longo prazo, progressividade e qualidade dos investimentos sociais.



Agenda proposta: É necessária a garantia de recursos que atendam aos direitos constitucionais universais de saúde e educação, bem como à expansão de outras políticas sociais. Para tanto, a revogação da emenda do Teto de Gastos é fundamental. O ajuste fiscal deve priorizar outras políticas, vinculadas à tributação, por exemplo. Deve-se aumentar o alcance, a eficiência e a efetividade do gasto social. A alocação e execução de políticas e recursos públicos deve ser marcada pela transparência, possibilitando o controle da sociedade.

Oferta de empregos [9,6] e aumento do salário mínimo [9,3]: Políticas inclusivas e distributivas no mercado de trabalho – como, por exemplo, a oferta de empregos formais e o aumento real do salário mínimo – possuem um maior potencial de redistribuir renda no curto prazo¹⁸, e talvez por isso gozem de amplo apoio da sociedade. É necessário que o Brasil enfrente a baixa oferta de empregos, bem como garanta que a queda no desemprego se dê por meio de trabalho decente.



Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende a oferta de trabalho formal e decente para todas e todos, o que inclui a revisão da reforma trabalhista no tocante à perda de direitos. O aumento real do salário mínimo é um dos pilares para a redução de desigualdades de renda verificadas no país há alguns anos, e deve ser retomado, com o devido cuidado fiscal.

Direitos iguais entre mulheres e homens [9,5] e combate ao racismo [9,3]: Políticas de combate à discriminação de mulheres e ao racismo são estruturantes das desigualdades brasileiras. Considerando gênero, políticas de oferta de creches e outros cuidados (que diminuem o tempo das mulheres dedicado a estas atividades), licenças parentais que equilibrem a responsabilidade pelo cuidado do recém-nascido avançaram pouco. Na questão racial, há desafios monumentais de inclusão educacional, de cotas em universidades, empresas e serviço público e de combate ao racismo institucional.



Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende o estabelecimento de metas de equalização de renda em função de raça e gênero e o estabelecimento de políticas que combatam com veemência o racismo institucional e promovam a igualdade.

Reformar a previdência para cortar privilégios [8,7] e cobrar mais impostos dos mais ricos [8,2]: Ambas as medidas estão na pauta prioritária de reformas, e a relativa menor importância dada pela população entrevistada é preocupante, na medida em que o potencial de impacto sobre distribuição de renda dessas medidas é bastante grande. A previdência pública deve ser reformada onde ela promove desigualdade, não onde ela a combate. O sistema tributário pode ser uma ferramenta importante de solidez fiscal com redistribuição de renda.



Agenda proposta: O Brasil deve focar sua reforma previdenciária prioritariamente onde seu impacto é concentrador – por exemplo, na alta burocracia do setor público, nos militares e no judiciário. É preciso garantir que a reforma da previdência seja amplamente debatida com a sociedade e se torne um mecanismo para enfrentar as desigualdades e não para reforça-las. O estabelecimento da reforma tributária é necessário tanto pelo nível de injustiça que hoje apresenta quanto para que o país possa enfrentar seus desafios fiscais. É importante garantir que as mudanças tributárias a serem definidas pelo Congresso Nacional e governos estejam alinhadas com o que prevê a Constituição.

Investimento público em assistência social [7,8]: Apesar de amplo apoio em termos absolutos, esta política teve a menor das médias relativas. A assistência social, e em particular um de seus programas carro-chefe, o Bolsa Família, é progressiva e contribuiu para a retirada de milhões de brasileiros da pobreza, mas é também bastante criticada – e estigmatizada – pelas camadas de renda mais alta. Não por acaso, a nota média para esta medida é de 6,4 entre aqueles com rendimentos superiores a 5 salários mínimos, o que contrasta com os 8,4 dentre aqueles com rendimentos de até 1 salário mínimo.



Agenda proposta: A Oxfam Brasil defende a manutenção e expansão do Programa Bolsa Família e das políticas de assistência, como meios de garantir uma vida digna a quem mais precisa, reduzindo a pobreza e a exclusão social no país.

REFERÊNCIAS

- 1 A explicação da metodologia foi retirada do documento final produzido pelo Instituto Datafolha. Todas as informações metodológicas têm tal documento como fonte.
- 2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988. Artigo 3º, inciso III.
- 3 OXFAM BRASIL 2018. "País Estagnado: Retrato das Desigualdades Brasileiras 2018". Este número foi fruto de análise de Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, gentilmente cedido à Oxfam Brasil, a partir dos micro-dados da PNAD contínua. Nota: Para chegar aos números, a consultoria adotou a linha de corte do Banco Mundial para países de nível médio-alto de desenvolvimento, como os da América Latina, de US\$ 1,90 de renda domiciliar per capita por dia (corrigido pela paridade de poder de compra). Isso equivale a R\$ 133,72 mensais em 2016, segundo cálculos do IBGE. A consultoria atualizou e atualizou essa linha, pelo IPCA, para 136,00 em 2017
- 4 Este valor foi calculado com a taxa de câmbio do dia 31 de janeiro de 2019, dia em que o questionário-base foi fechado para aplicação em campo.
- 5 IBGE 2018. Síntese de Indicadores Sociais. Apresentação disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d-45c2542b0.pdf
- 6 Ibid.
- 7 Estes números foram estimados com base na distribuição de renda de 2017, obtida por análise da Oxfam Brasil a partir de dados da PNAD Contínua 2017 (todos os rendimentos), e considerando o salário mínimo daquele ano, de R\$ 937. Importante destacar que esta é a renda individual daqueles com rendimento. A Oxfam Brasil achou mais apropriado utilizar este dado, considerando a natureza da pergunta na pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha 2019.
- 8 Cálculos da Oxfam Brasil com base na PNAD Contínua 2017 (todos os rendimentos).
- 9 Cálculos da Oxfam Brasil com base no salário mínimo de 2019, de R\$ 998.
- 10 Nesta pergunta, foram pedidas três indicações dentre as opções apresentadas, em ordem de prioridade. Os números aqui resumidos agrupam a somatória das três.
- 11 FBSP 2018. "Rio sob Intervenção"; e FBSP 2017. "Um retrato da violência contra negros e negras no Brasil".
- 12 IBGE 2018. "Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil". Dados reunidos em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho> Acessado em 27/03/2019.
- 13 Ibid.
- 14 NERI, M. 2018. "Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?". FGV Social. Disponível em: https://cps.fgv.br/Pobreza_Desigualdade.
- 15 IBGE 2018. PNAD Contínua trimestral.
- 16 Série elaborada por Oxfam Brasil, com dados gentilmente cedidos por Marta Arretche, utilizados em ARRETCHÉ, M.; ARAÚJO, V.. 2017. "O Brasil tornou-se mais conservador?". Revista Novos Estudos, CEBRAP. Nota: Para 2008, os dados são originalmente do Projeto de Sistema de Indicadores de Estratificação e Mobilidade Social (PSIEMS), processados por Arretche e Araújo (2017). Para os anos de 2010 e 2014, a fonte é o Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) e processado por Arretche e Araújo (2017). Para o ano de 2013, a fonte é a pesquisa "Imagens da Federação", realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e também interpretado por Arretche e Araújo (2017). Para o ano de 2017, os dados são da pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha sobre desigualdades, processado pela Oxfam Brasil. As afirmações testadas são as seguintes: "Apoio Governo" corresponde a "Em um país como o Brasil, é papel de governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres"; "Apoio Tributação" corresponde a "O governo deve aumentar mais os impostos em geral para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam"; e "Apoio Tributação Ricos" corresponde a "O governo deve aumentar os impostos somente de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam".
- 17 SILVEIRA, F. G., FERREIRA, J. 2011. "Equidade fiscal no Brasil: Impactos Distributivos da Tributação e do Gasto Social". Ipea. Comunicado n. 92. Brasília.
- 18 PNUD. 2013. "Humanidad Dividida: cómo hacer frente a la desigualdad en los países en desarrollo."



OXFAM BRASIL

Rua Padre João Gonçalves, 160

05432-040 - São Paulo - SP

Fone: (11) 3028-0400

www.oxfam.org.br